

PARA UMA TIPOLOGIA DA ORAÇÃO RELATIVA (II)
DETERMINAÇÃO, ANTECEDENTE E PRONOME
NA ORAÇÃO RELATIVA*

Christian Lehmann

SINOPSE

Parte-se da seguinte hipótese introduzida na parte I deste ensaio (SIGNO 3): uma construção relativa é um sintagma endocêntrico composto de uma oração que atua como NOM (denominado de "NOM superior") na oração principal, pertencendo a ela um NOM que é seu NÚCLEO. A determinação pode ser colocada em ambos NOMs. A oração relativa é restritiva quando o NÚCLEO é indeterminado e, sobretudo, não definido, a oração relativa é apositiva quando ele é determinado.

Na primeira parte aplica-se a hipótese em diversas línguas não indo-europeias e, baseando-me nela, são descritos e explicados os fenômenos de determinação surgidos nas construções relativas de tais línguas. Uma regularidade implicativa concernente à posição do NÚCLEO em construções relativas restritivas e apositivas resulta em consequência da hipótese.

Prova-se e confirma-se na segunda parte a aplicabilidade da hipótese através da análise de orações relativas sem antecedentes de diversas línguas.

Na terceira parte é explicada a freqüente igualdade formal do pronome relativo e do pronome interrogativo com base nos conceitos de NÚCLEO e definitividade, sendo precisadas suas condições em uma regularidade implicativa que diz respeito à forma do pronome relativo em orações relativas com ou sem antecedente.

* Esta é uma edição revista e levemente abreviada de um ensaio publicado em alemão em AKUP 17, Köln (RFA), Institut für Sprachwissenschaft der Universität. Agradeço a Erika Schultz o trabalho da tradução e à PUC/RS o pagamento deste trabalho.

1. Determinação e restritividade

1.1. Introdução

Na parte I deste trabalho (SIGNO 3) atribui-se às construções relativas (CRs) uma estrutura abstrata simbolizadora da função, em que elas são orações com um NÚCLEO nominal. As diferenças entre as construções das línguas particulares são dadas, entre outras coisas, pelo fato de o NÚCLEO poder ser constituinte da oração relativa (OR), ou por encontrar-se fora dela — tanto precedendo como sucedendo-a. No primeiro caso, CR é igual a OR. As CRs, sendo endocêntricas e possuindo um NÚCLEO nominal, atuam na oração principal como nominal (NOM). Enquadra-se o termo NOM na análise de NOM-S introduzida para as ORs em Stockwell/Schachter/Partee 1973: 435 ss. NOM é igual à NP menos DET, em casos limítrofes igual à N.

Os problemas concernentes à determinação só foram examinados em sua interação com CRs. A terminologia respectiva é empregada da seguinte maneira: determinação é compreendida em sentido restrito como um processo que serve para fins de referência e que combina elementos gramaticais como artigos, pronomes e afins com NOMs para NPs. Distingue-se ela da quantificação, que está realmente muito próxima da determinação, e da atribuição, que serve para a formação de conceitos e que combina elementos não gramaticais com NOMs para NOMs. Todos esses termos poderiam ser reunidos sob o conceito de modificação.

A determinação abrange no mínimo os dois aspectos importantes no presente estudo: definitividade e especificidade. Definido significa “já mencionado”, num sentido abstrato que não se refere unicamente ao contexto próximo anterior. Específico significa “referente a uma escolha”, genérico vem a ser “referente à totalidade”. As categorias definido/indefinido e específico/genérico são independentes uma da outra, resultando daí uma classificação cruzada com quatro sub-grupos.

Refiro-me igualmente à determinação quando estas categorias não são marcadas de modo manifesto. Sobretudo a especificidade não tem, em muitos casos, uma expressão segmental, o mesmo acontecendo com a indefinidade.

A diferença entre ORs apositivas e restritivas é atribuída a uma diferença na determinação, mais exatamente, no escopo do determinante. Nas ORs restritivas, o NÚCLEO é indeterminado e, sobretudo, não definido; nas apositivas ele é determinado. Ou expressando-nos em termos da análise NOM-S: os NÚCLEOS de ORs restritivas são NOMs, os das apositivas são NPs. Os determinantes que ocorrem nas ORs restritivas têm como escopo não o NÚCLEO, mas a totalidade do NOM superior.

Do ponto de vista semântico, esta hipótese parece inteiramente plausível, dado

que caracteriza de forma intuitivamente correta a estrutura de significado das CRs; deve-se no entanto aduzir também a evidência estrutural.

Línguas como a portuguesa pouco servem a este fim, pois nelas o determinante precede à coisa a ser determinada e, além disso, o NÚCLEO como antecedente fica antes da OR, resultando então a seqüência ‘DET NÚCLEO OR’. Esta seqüência não assume um papel crucial para a solução do problema de o escopo de DET estender-se somente através do NÚCLEO, ou através de toda a OR. Resta somente apontar para o padrão da entoação, que nas ORs restritivas passa continuamente do NÚCLEO para a OR, enquanto que nas ORs apositivas há nesse ponto uma quebra da entoação. Tais contornos de entoação corroborariam tal hipótese e ao mesmo tempo seriam explicados por ela. A hipótese explica ainda a razão por que as ORs portuguesas — ao contrário das ORs bambaras, p. ex. (veja 1.4.) — podem hesitar entre uma interpretação restritiva e uma apositiva, pois ela atribui esta hesitação a uma falta de clareza quanto ao escopo do determinante.

Línguas com outras construções sintáticas, p. ex. com determinantes descontínuos, oferecem bases mais extensas para a argumentação. Nossa hipótese sobre a determinação nas ORs deveria admitir a predição de que os determinantes descontínuos, que não estão ligados a determinadas classes de palavras, ou determinados tipos de NOMs deveriam, nos casos restritivos, incluir toda a OR, nos apositivos, porém, somente o NÚCLEO.

1.2. Determinação e restritividade em iucateque

O iucateque (Maia, México), p. ex., corresponde a este caso¹. Ele tem, como demonstra (1), determinantes descontínuos.

- (1) (a) le pek'a? “este cachorro”
(b) le pek'o? “esse cachorro”
(c) le pek'e? “aquele cachorro”
(d) pek’ “cachorro”

Porém não:

- (2) (a)* pek'a?
(b)* pek'o?
(c)* pek'e?²

Estes demonstrativos encerram também NOMs complexos, tal como está exemplificado em (3).

1. Devo agradecimentos ao Dr. Ramón Arzápalo, Bielefeld, por uma parte dos exemplos; os outros procedem de Andrade 1955.

2. Todavia pek'e? pode ocorrer sem ser precedido por le, porém o -e? não servirá aí à determinação de pek', mas será a homônima partícula final de oração.

- (3) (a) le nohoč kaha?
DET grande cidade-DET1 “esta grande cidade”
(b) le čakbil kašo?
DET cozido frango-DET2 “esse frango cozido”
(c) le he? kačale?
DET ovo quebrado-DET3 “aquele ovo quebrado”

Como em português, o NÚCLEO vem antes nas CRs:

- (4) tin wilah huntul maak ha? s u konik
ASP-1.SG vi um homem bananas 3.SG vende
“Encontrei um homem que vende bananas”.

(Nestês exemplos e nos seguintes ASP serve como nome coletivo para diversos marcadores de aspecto.) De acordo com as afirmações anteriores, os pronomes demonstrativos apresentados acima deveriam, quando em relação com ORs restritivas, englobar de tal forma toda a CR, que *le* antecederia o NÚCLEO, e *-a?*, *-o?* ou *-e?* seguiriam encliticamente a última palavra da OR. Isto acontece de fato:

- (5) (a) čen tan in šokik le čan libro a c'amah tena?
só ASP 1.SG leio DET pequeno livro 2.SG deste me DET1
“Só estou lendo o livrinho que me deste”.
(b) pero ma? n č'i? ik le ha? kyuk'lo?
mas não-ASP-2.SG buscas DET água ASP-3.PL.bebem-DET2
“Mas não buscas a água que se bebe.”
(c) tu? š yan le tak'in ta wa? lah he? a tasike?
onde está DET dinheiro ASP-2.SG disseste ASP 2.SG trazes-DET3
“Onde está o dinheiro que prometeste trazer?”

Através da análise de expressões como (1) e (3), conclui-se necessariamente que tudo o que está encerrado nos determinantes *le... -a?*, *le... -o?*, *le... -e?* é um NP, mais precisamente, um NOM. Neste sentido, frases como as exemplificadas em (5) confirmam da maneira mais clara possível a *communis opinio* de que as ORs atuam, juntamente com o NÚCLEO, como NOM. Demonstram, além disso, que um NOM tão complexo é — pelo menos nos casos de ORs restritivas — capaz de ser determinado.

Em contrapartida, nas ORs afirmativas esperamos que os pronomes demonstrativos incluam somente o NÚCLEO. (6) só pode ser concebido como OR afirmativa, já que a extensão de seu NÚCLEO não pode mais ser limitada.

- (6) le santo k'ine? k k'ultabale? wa? kumah toon telo?
DET santo sol-DET3 1 PL veneramos-PART conserva-integro nós aqui
“O santo sol, que veneramos, sustenta-nos aqui”.

Realmente, *le... e?* inclui aqui apenas o NÚCLEO *santo k'in*, o segundo *-e?* no fim da OR é o final de oração, que serve como esclarecedor da estrutura. As ORs afirmativas, aliás, não são apreciadas em iucateque, pois seu encaixamento não pode ser sinalizado.

Diga-se a propósito que em francês também se encontram determinantes descontinuos, e na OR afirmativa (7) incluem realmente apenas o NÚCLEO.

- (7) Ce soleil-ci, que nous vénérons, est notre raison de vie.

Contudo não existe em francês uma estrutura para as ORs restritivas que corres - ponda à iucateque:

- (8) * Mais tu ne vas pas chercher cette eau que l'on boit-là.

Só é possível:

- (9) Mais tu ne vas pas chercher cette eau-là, que l'on boit.

Esta, porém, é novamente uma OR afirmativa, não significando o mesmo que (5b). Desta forma, o francês confirma apenas a hipótese parcial de que os determinantes descontinuos, nas ORs afirmativas, incluem o NÚCLEO e que, em caso de determinação do NÚCLEO, só é possível uma OR afirmativa. Todavia ele não contradiz a outra parte, concernente a sua posição nas ORs restritivas, pois a hipótese foi limitada explicitamente a tais determinadores descontinuos, que não estejam ligados a determinadas partes do discurso. Já que, em francês, não é possível sequer dizer:

- (10) * ce soleil sacré-ci,

não é possível esperar a fortiori que a partícula enclítica possa estar no fim de orações inteiras e, conseqüentemente, após verbos, como em (8).

Nossa hipótese sobre os determinantes nas CRS também inclui a afirmação de que o NÚCLEO das ORs restritivas não é determinado e, sobretudo, não é definido. Ela é confirmada pelas frases (5), enquanto que (4) não representa um exemplo crucial, pois o escopo do quantificador indefinido não é sinalizado.

Poder-se-ia levantar a seguinte objeção: o fato de os NÚCLEOS das frases (5) não serem determinados manifestamente não prova que eles também sejam indeterminados na estrutura semântica; uma simples restrição de estrutura (superficial) que proíbe a seqüência imediata de dois determinantes com escopos diferentes poderia ser a responsável pela ausência de um marcador. Caso o NÚCLEO fosse determinado, surgiria aqui tal seqüência, pois ele é o primeiro elemento daquela construção frente à qual está o outro determinante.

Tal restrição de estrutura é realmente verossímil em iucateque. É bastante plausível justamente para as ORs, porque entre os constituintes em questão, que for-

mariam os diversos escopos dos dois determinantes, um deles — o NÚCLEO — é o representante do outro — o NOM superior. Neste caso, a sequência de dois determinantes assim distribuídos seria realmente incomum.

1.3. Determinação e restritividade em lacota

No entanto, existem línguas em que, obedecendo-se a suas leis de colocação do NÚCLEO vs. OR de um lado, e de determinante vs. determinado do outro; os dois determinantes em questão não se seguiriam diretamente. Quando em tais línguas - talvez só em certos contextos, como por exemplo as ORs - a não-definição é expressa obrigatoriamente como indefinidade,³ tem-se uma prova perfeita para a hipótese acerca da determinação das CRs, invalidando-se a objeção anterior.

Tais condições são preenchidas pelo lacota (Sioux, América do Norte)⁴. Os NÚCLEOS encontram-se antes de suas ORs, mas os determinantes são colocados após os determinados, surgindo, portanto, a configuração nas CRs:

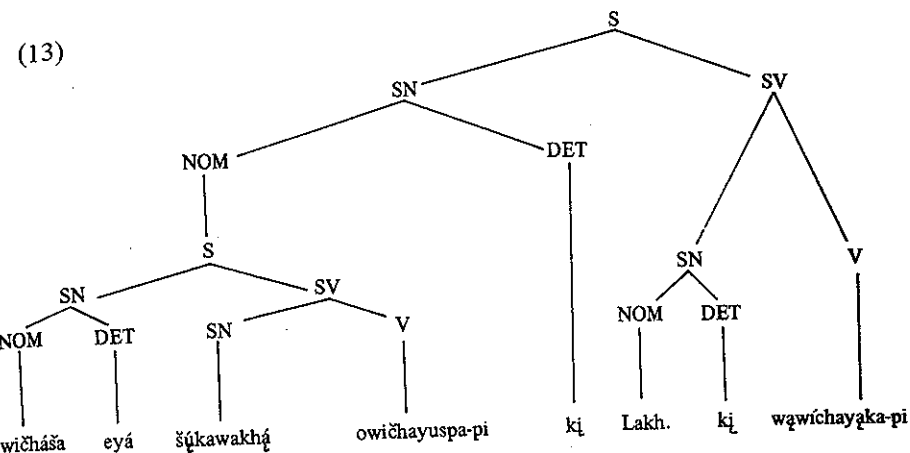
(11) NÚCLEO DET_x OR DET_y⁵,

sendo DET_x obrigatoriamente indefinido nas CRs restritivas. Daí encontrarem-se frases como:

(12) wičháša eyá šúkawakhá owičhayuspa-pi kǐ iakhota kǐ wǎwíčhayǎka-pi
 homem INDEF cavalo pegam-eles PL DEF índios DEF vêem-eles PL
 PL

“Os homens que pegaram os cavalos viram os índios.”

As relações de determinação tornam-se claras em (13), que representa a estrutura constituinte relevante para este exame.



O NÚCLEO *wiçháša* é indefinido. Neste exemplo, o NOM superior é definido, mas ele também pode ser indefinido como em (14):

(14) wičháša wǎ lǐla phehǐ háskaska čha⁶
 homem INDEF muito cabelo eles-compridos INDEF
 SING SING

khúl ahímatųwǎ yǎké
 abaixo olhar-me sentar “Um homem cujo cabelo era muito comprido
 estava sentado, olhando para baixo em minha direção”.

Tanto em (12) como em (14) o NÚCLEO é constituinte da OR, sendo esta a única explicação plausível para uma frase como a de número (15).

(15) hǐtálehǎ hé wičháša wǎ mas⁷ áphe kǐ hé⁷ atkúku
 ontem DEM homem INDEF visitou DEF DEM pai
 “Aquele homem que apareceu ontem era pai dela”.

Os demonstrativos (DEM) são definidos⁸. Uma ocorrência de um substantivo não pode ser definida e indefinida ao mesmo tempo; portanto o primeiro *hé* não

3. As relações de marca entre definido e indefinido são extremamente complexas, e a relação entre não-definido e indefinido é igualmente obscura. Para manter minha hipótese, sou obrigado a supor que, por vezes, indefinidade pode ser expressão de emprego obrigatório para não definidade (i. e., falta de informação nesta categoria).

4. Os dados, assim como parte das análises, provém de Rood 1973.

5. Provas semelhantes ao lacota são oferecidas pelo indonésio, no qual a indefinidade de um NOM não é sinalizada e as ORs restritivas têm a estrutura:

[{ NÚCLEO partícula rel. OR } DET]

NP NOM

6. O artigo indefinido tem uma forma diversa quando após ORs e após substantivos.

7. A priori é pouco provável que o mesmo demonstrativo possa ser colocado tanto antes como depois de seu NOM. O primeiro *hé* está indubitavelmente anteposto, e segundo mal podendo, como afirma Rood, ser posposto e ser coconstituinte de *kǐ*. Resta então, ao lado da possibilidade de ele retomar anaforicamente a NP da CR, a interpretação de que ele seja o atributo genitivo de *atkúku*. A seu favor fala o fato de o *her* encontrado na tradução de Rood não ter outro correspondente na frase em lacota.

8. Cf. Moravcsik 1969:69.

pode pertencer, juntamente com *wičhášá wa*, a um NP. Conseqüentemente, o NÚCLEO só pode ser constituinte da OR, e *hé* deve ser coconstituente de *ki*.

1.4 - Restritividade e posição do NÚCLEO

O bambara (Mande, África Ocidental) também faz uma diferença estrutural nítida entre ORs apositivas e restritivas⁹. Emprega ele uma partícula relativa (PTR) para os dois tipos de oração, a fim de sinalizar a subordinação, como em (16) e (17).

(16) tyè ` ye mùru ` sán n ye min ye
homem DEF ASP faca DEF comprar eu ASP PTR ver
"O homem comprou a faca — que eu vi".

(17) n ye tyè min ye ò be fìni ` fère
eu ASP homem PTR ver DEM ASP vestido DEF vender
"O homem que eu vi vende o vestido".

(16) é uma OR apositiva, (17) uma restritiva. Os exemplos mostram a posição preferida e, em determinados casos, obrigatória da oração constituinte em relação à oração principal: a oração restritiva é anteposta, sendo posposta a apositiva. Isto corresponde a suas diversas funções textuais: a OR restritiva serve à identificação, o que não ocorre com a apositiva. As diversas funções textuais são preenchidas pelos dois tipos por força de suas relações de determinação. *Ex hypothesi*, o NÚCLEO da OR apositiva é determinado, o da restritiva não. Tal fato é confirmado pelas frases bambaras: o NÚCLEO em (16), *mùru*, é definido, o de (17), *tyè*, não apresenta qualquer determinação. Estas condições são obrigatórias.

Os dois tipos de OR distinguem-se, além disso, pela posição do NÚCLEO em relação à OR. O NÚCLEO de (16) é anteposto e não é constituinte da OR, o que é percebido, sobretudo, pelo fato de estar separado-facultativamente- da OR por outros constituintes, neste caso, por *sán*. Em (17), o NÚCLEO é constituinte da OR e nela toma seu lugar apropriado, de acordo com sua função sintática. Isto também concorda com a hipótese inicial: O status de NÚCLEO de um elemento da OR é o pré-requisito mais geral para que seja extraído da oração. O NÚCLEO de uma OR apositiva, por já estar determinado, satisfaz ainda a condição de não ser especificado pela OR. Isto torna-o sintaticamente independente da OR, permitindo que dela seja separado por sua posição.

A razão desta argumentação é que, para o NÚCLEO de uma OR apositiva, é bem mais fácil ser extraído da oração do que para o da restritiva, porque o primeiro

9. Cf. Bird 1968.

preenche dois pré-requisitos para isto e o último preenche apenas um. A concepção das condições de determinação nas CRs defendida neste trabalho admite, pois, a seguinte predição:

(18) Se, numa língua, o NÚCLEO da OR restritiva não é constituinte da OR, então o NÚCLEO da OR apositiva também não será constituinte da OR.

Espero, portanto, encontrar línguas como o português, onde o NÚCLEO, quer em CR restritivas, quer em apositivas, não é constituinte da OR,¹⁰ ou outras como o bambara, onde o NÚCLEO é constituinte da OR restritiva, não o sendo, contudo, da apositiva; e línguas, por fim, como o hitita, onde ele é constituinte dos dois tipos de ORs. Mas não será encontrada língua alguma em que o NÚCLEO é constituinte da OR apositiva, mas não da restritiva.

(18) é uma generalização implicativa do tipo introduzido por Greenberg na pesquisa dos universais lingüísticos. Ela é tão testável empiricamente como os "universais" de Greenberg, distingue-se, porém, de seus representantes típicos por ter sido desenvolvida no rumo dedutivo (informal).

O fato de o conteúdo indicado em (18) já estar explicado, caso a frase não venha a ser falsificada, torna (18) epistemológica, se bem que não lingüisticamente, mais interessante do que os "universais" descobertos indutivamente e dos quais, conseqüentemente, não se pode estar seguro de não estarem baseados em uma constelação casual de fatos.

Já que (18) é derivado da hipótese geral sobre as condições de determinação em CRs, entende-se que esta seria prejudicada por uma eventual falsificação de (18), assim como seria corroborada por uma prova positiva de (18).

2. Antecedente e pronome

2.1. Orações relativas sem antecedente

As ORs foram definidas como orações encaixadas que possuem um NÚCLEO nominal junto ao qual atuam como NOM na oração principal. Orações como (19) também são ORs:

(19) Quem ri por último, ri melhor.

A concepção de que tais orações sejam orações interrogativas, ou, mais precisamente, interrogações parciais indiretas, é pouco aceita, daí bastar apenas um único argumento para refutá-la: as interrogações parciais indiretas têm a mesma distribuição sintática que as interrogações totais indiretas; como são orações complemento, as duas podem funcionar com sujeito ou objeto na oração superordenada. Por exemplo, no contexto (20) (a) a interrogação parcial indireta (b) de-

10. Quanto a ORs sem antecedente, veja cap. 2.

semprenha o papel de um objeto, e existe, como contrapartida, a interrogação total indireta (c), que desempenha a mesma função no mesmo contexto.

- (20) (a) Não sei, _____
(b) quem ri por último
(c) se alguém ri por último

Tal correspondência deveria existir em todos os contextos. Mas isto não acontece em (21):

- (21) (a) _____ ri melhor.
(b) Quem ri por último
(c) Se alguém ri por último

A oração (21) (b) desempenha, no contexto (a), a função de sujeito. No mesmo contexto, porém, (c) não pode ser interpretado como oração interrogativa e não funciona como sujeito, mas como oração adverbial. Isso mostra que o contexto (21) (a) não permite o encaixamento de uma oração interrogativa; logo, (19) não pode ser uma construção interrogativa.

Por outro lado, muita coisa indica que (19) é uma construção relativa. Há, p.ex., a paráfrase (22), que tem todas as características de uma CR portuguesa.

(22) Alguém que ri por último ri melhor.

(19) distingue-se de (22) somente pela forma do pronome relativo (pron. rel.) e pelo fato de o NÚCLEO não ser reconhecível à primeira vista. Os dois fenômenos estão relacionados entre si e deixam-se explicar mais facilmente através da suposição de que o NÚCLEO em (19) está no pron. rel. Tal suposição permite conservar a definição anterior de OR. Ela também parece ser plausível, pois o pron. rel. em ORs sem antecedente como (19) é indefinido quanto à forma, sendo exatamente esta a característica principal do que se supõe ser o NÚCLEO incorporado, a saber, do *alguém* que é o NÚCLEO de (22).

Este argumento é ainda mais atraente quando apoiado em um exemplo em grego antigo. Começemos com (23), onde o NÚCLEO é representado por um substantivo.

- (23) Μακάριος ὁ ἀνὴρ ὃς οὐσίαν καὶ νοῦν ἔχει.
"Feliz o homem que tem bens e juízo!"

Substituindo-se o NÚCLEO pelo pronome indefinido *τις*, de modo a formar um paralelo a (22), obtém-se o sintagma (24), que é agramatical como frase.

- (24) *Μακάριός τις ὃς οὐσίαν καὶ νοῦν ἔχει.
"Feliz alguém que tem bens e juízo!"

Entre as construções sinônimas (19) e (22), existe, em grego, só a primeira, i. e., a incorporação do pron. indef. na OR é obrigatória, sendo fundido com o pron. rel. numa só palavra:

- (25) Μακάριος ὅστις οὐσίαν καὶ νοῦν ἔχει.
"Feliz quem tem bens e juízo!" (Men. 114)

Nas ORs, portanto, a palavra grega *ὅστις* equivale à portuguesa *quem*, mas, em contraposição a esta, deixa que o pron. indef. incorporado seja reconhecível morfológicamente.

A incorporação do pron. indef. nas ORs forma, aliás, apenas um caso especial daquela estratégia que conserva o NÚCLEO na OR¹¹. Em muitas línguas, como nas românicas, p.ex., limita-se ela a este caso especial. Também em alemão e grego ela não é a estratégia principal, porém é aplicada com maior frequência. Servem como exemplo (26), respectivamente (27).

- (26) Welchen Weg du gehst, den werde auch ich gehen.

Qual caminho tu vais, esse vou também eu ir.

"Seja qual for o caminho que seguires, segui-lo-ei também".

- (27) Ἐλς... ἦν ἀφίκοντο κώμην μεγάλην ἦν.
em qual eles chegaram aldeia grande era
"A aldeia à qual chegaram era grande". (Xen. An. IV,4,2)

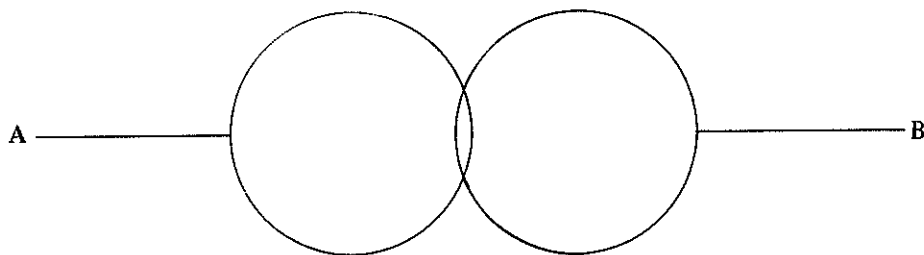
Visto deste plano, a peculiaridade de (25) consiste apenas no fato de o NÚCLEO estar combinado obrigatoriamente com o pron. rel. em uma só palavra. Levando-se ainda em conta que *τις* é enclítico, ou seja, sempre parte integrante da palavra anterior e que, semanticamente, pertence sobretudo ao pron. rel., ao representante do NÚCLEO, essa combinação também parece ser natural. Deste ponto de vista, as condições do português, exemplificadas em (19), representam apenas um passo à frente nesta direção. O que em grego ainda pode ser descrito morfossintaticamente, é lexicalizado em português: *quem* tem somente aspectos semânticos, e não morfológicos, em comum com *alguém*.

Ora, se as ORs sem antecedente tem um pron. indef. como NÚCLEO, elas são ORs restritivas, pois estas tem, por definição, um NÚCLEO indefinido. Tal afirmação é difícil de ser verificada em (19), porém em sua paráfrase (22) ocorre sem dificuldade: uma interpretação apositiva de (22) é impossível.

O conjunto de ORs é, por conseguinte, subdividido da seguinte maneira pelas dicotomias 'restritiva vs. apositiva' e 'com antecedente vs. sem antecedente':

11. Veja parte I, onde é denominada "estratégia do hitita". Em Langacker 1975:63-66 discutem-se duas soluções alternativas para o problema das ORs sem antecedente; a primeira admite que o pronome indefinido é o antecedente sem ter um correlato na própria OR, a segunda concebe o pronome indefinido como um pron. rel. e, conseqüentemente, como correlato de um antecedente que não aparece. De acordo com o que foi dito acima, fica clara a inexistência de tal alternativa na presente concepção.

(28)



- A unido a B : ORs
 A : ORs restritivas
 B sem A : ORs positivas
 B : ORs com antecedente
 A sem B : ORs sem antecedente

2.2 - Orações relativas sem antecedente em iucateque

O NOM superior é determinado nas ORs restritivas. Se as ORs sem antecedente são restritivas, deveria admitir-se também para elas essa possibilidade. Dificuldades com a determinação de ORs sem antecedente encontrarão as línguas como o português, que manifestam a determinação junto ao NÚCLEO, separado da OR e anteposto (ou posposto) a ela sob a forma de antecedente. Reexaminemos agora o iucateque, cujos pronomes descontínuos não fazem exigências quanto à estrutura sintática do NOM a ser determinado.

Enquanto que as ORs iucategas com antecedente não têm, como vimos, pron. rel., as sem antecedente são normalmente¹² introduzidas por um pronome. Esta distribuição complementar comprova novamente que, nas ORs sem antecedente, o NÚCLEO está localizado no pronome.

- (29) (a) ba? š ta wa? lah hah
 o que ASP-2.SG disseste verdade
 "O que disseste é verdade".
 (b) ma? š ku yaantkene? lete? kin yaantik šan
 quem ASP-3.SG ajuda-me-PART a-ele ASP-1.SG ajudado também
 "A quem me ajuda, ajudado também".

12. Meu corpus contém exceções do tipo tulakal le ka wa? like? hah "tudo que dizes é verdade", e além disso, construções participiais (sem antecedente), que não considero ORs.

Os demonstrativos descontínuos são construídos com tais ORs da mesma maneira que já vimos nas ORs com antecedente:

- (30) (a) le ba? š ta wa? lahe? hah
 DET o-que ASP-2.SG disseste-DET3 verdade
 "Aquilo que disseste é verdade".
 (b) ku lonlantik u bek'ik' u hool le ma? š ku
 ASP-3.SG perfura sua veia sua cabeça DET quem ASP-3.SG
 k'inam u polo?
 dói sua cabeça-DET2
 "Ele perfura as veias da cabeça daquele cuja cabeça dói".

Os quantificadores também são construídos assim:

- (31) wa tunen he? a betik tulakal ba? š ka wa? lik tene? ¹³
 se ASP 2. SG fazes tudo o-que ASP-2.SG dizes me-ASP
 ma? loob
 bom
 "Se fizeres tudo o que afirmas, é bom."

Estes fatos comprovam, portanto, a hipótese de que ORs sem antecedente são restritivas, e que, conseqüentemente, nelas também pode ocorrer a determinação do NOM superior.

3. Pronome relativo e pronome interrogativo

Como já foi sugerido no início de 2.1, existem semelhanças significativas entre a OR e a oração interrogativa parcial¹⁴. Elas aparecem sobretudo na forma do pronome. Nas ORs sem antecedente em português, o pron. rel. tem a forma indefinida, que é idêntica à do pronome interrogativo (pron. int.), como pode ser visto em (19) e (20).

- (19) Quem ri por último, ri melhor.
 (20) Não sei quem ri por último.

O pron. rel. em iucateque, que aparece apenas nas ORs sem antecedente, coincide com o pron. int. Comparemos as ORs:

13. Este -e? é a segunda parte de um morfema de aspecto descontínuo.

14. Os dois tipos de oração estão distribuídos pelas diversas línguas até mesmo de forma parcialmente complementar, uma vez que determinadas línguas tenham ORs ao invés de orações interrogativas parciais. A este respeito cf. Keenan/Hull 1973.

- (29) (a) baʔ š ta waʔ lah hah
 (b) maʔ š ku yaantkeneʔ , leteʔ kin yaantik šan

com as orações interrogativas

- (32) (a) baʔ š ta waʔ lah
 que ASP-2. SG disseste "Que disseste?"

- (b) maʔ š ku yaantken
 quem ASP-3SG ajuda-me "Quem me ajuda?"

Em muitas línguas o pron. rel. e o pron. int. são sempre idênticos¹⁵. Mas aparentemente não há uma língua que empregue o pron. int. com função de pron. rel. apenas nas ORs com antecedente. Podemos constatar, portanto, uma regularidade implicativa:

- (33) Se o pron. rel., em ORs com antecedente, é formalmente idêntico ao pron. int., então o pron. rel. nas ORs sem antecedente também será formalmente idêntico a ele.

Existem agora duas perguntas a responder. 1. Quais são os pré-requisitos para a freqüente identidade formal do pron. rel. e do pron. int.? 2. Por que está ela ligada às condições formuladas em (33)? Estas questões encontram-se em estreita relação com a questão mais geral das relações entre ORs e orações interrogativas. Keenan e Hull (1973) responderam-na parcialmente, de um modo compatível com minha resposta específica, que diz respeito apenas aos pronomes.

Como resposta à primeira pergunta, deve-se aduzir dois aspectos compreendidos sob as palavras-chave "indefinidade" e "NÚCLEO".

a. O tipo principal de OR, o que melhor corresponde à razão de ser das ORs, é a OR restritiva¹⁶. Seu NÚCLEO é indefinido. O NÚCLEO, quando não é constituinte da OR, pode ser substituído nela por um pronome que deveria representar - neste aspecto de substituto - todos os traços gramaticais do NÚCLEO. Logo, ele também é, inicialmente, indefinido.

Mas também os pronomes interrogativos são indefinidos. Tal é o resultado de sua análise semântica, que revelou¹⁷ terem as orações interrogativas do tipo *quem vem lá?* pressuposições do tipo *alguém vem lá*; por outro lado, uma comparação tipológica das formas do pron. int. e do pron. indef. resulta na cons-

15. A lista fornecida em Moravcsik 1969:78 pode ser complementada com as línguas inglesa, latina, hitita, armênia, georgiana, huichol (uto-asteca), nauatl. A identidade dos pronomes, por sinal, nem sempre é perfeita; cf. p. ex. o *quis-qui, quid-quod* do latim.

16. Cf. parte I, p. 20s. Várias línguas, como o japonês e o coreano, nem sequer conhecem as ORs afirmativas.

17. Katz/Postal 1964:116 seg.

tatação de que elas, com freqüência, são total ou parcialmente idênticas¹⁸.

b. CRs são NOMs, e o pron. rel. substitui o NÚCLEO de tal NOM, contendo-o no caso das ORs sem antecedente. A OR serve para a formação de um conceito mais específico, na qual é limitado o conceito inicial dado no NÚCLEO; ela não serve à afirmação. Tal fato distingue pronunciadamente a OR *quem vem lá* da frase afirmativa *alguém vem lá* e acarreta funções correspondentemente diversas para o pron. rel. e para o pron. indef..

Interrogações parciais não são propriamente NOMs, mas também não servem à afirmação. Pelo contrário, pela predicação sobre um conceito inicial indefinido é circunscrito um conceito mais restrito, cuja referência, então, é a questão. Tal fato distingue pronunciadamente a oração interrogativa *quem vem lá?* da frase afirmativa *alguém vem lá* e acarreta funções correspondentemente diversas para o pron. int. e o pron. indef.¹⁹

Logo, a primeira pergunta, que dizia respeito aos aspectos comuns do pron. rel. e do pron. int., pode assim ser respondida resumidamente: Primeiro, os dois pronomes têm, de certa maneira, um caráter indefinido, de forma que não são propriamente pronomes indefinidos, mas pressupõem indefinidade; segundo, ambos representam um conceito inicial que é limitado pela predicação, de forma que um objeto - e não um fato - é a denotação em um caso (OR), e a resposta esperada em outro (oração interrogativa).

Para responder à segunda pergunta, deve-se precisar apenas os pontos a. e b. Em realidade, as duas características discutidas, no caso das orações interrogativas, dizem respeito ao próprio pronome; no caso das ORs, porém, atingem em primeiro lugar ao NÚCLEO, ao pronome só como representante do NÚCLEO. Isto significa, contudo, que elas valem irrestritamente para o pronome das ORs sem antecedente, já que ele contém o NÚCLEO; porém só de forma indireta para o pronome das ORs com antecedente, já que ele só o substitui. Explica-se, dessa forma, a razão pela qual o pron. int. está em relação direta com o pron. rel. nas ORs sem antecedente, e em relação indireta nas ORs com antecedente. Por outro lado, surgem aqui pontos de apoio para a explicação de um fenômeno complementar, a saber, o da existência de pronomes demonstrativos e outras proformas definidas com função de pron. rel.. Nas ORs com antecedente, o pron. rel. representa o NÚCLEO. Se este é colocado antes da OR, pode-se dizer que ele o retoma. Como demonstrou Kuroda (1968), tal relação anafórica submete-se normalmente à "definitização". Este processo, entretanto, só é válido sem restrições em casos de ocorrência livre de proformas e não é igualmente válido para o pron. rel. (como acredita Kuroda), pois este não ocorre livremente por

18. Ultan 1969:54. Entre as línguas examinadas neste trabalho, aplica-se isto ao iucateque e ao grego e, em grau menor, também ao bambara e o alemão: cf. sub-estândar *da komm wer, ich weiß was*.

19. Cf. quanto ao item b. Keenan/Hull 1973. O conceito de 'foregrounding' de Schachter (1973) também é pertinente.

participar da constituição de um tipo de oração. Além disso, se a definitização é um processo universal²⁰, o pron. rel. em ORs com antecedente anteposto deveria ter uma forma definida em todas as línguas em questão, o que, evidentemente, não é o caso. Todavia parece viável a suposição de que, de acordo com o modelo da definitização, o pron. rel. é analogamente definido em algumas línguas, por existirem condições exteriores que o levam a isto.

Estas hipóteses, que devem ser encaradas a princípio como explicações parciais, devem continuar sendo desenvolvidas, baseadas em línguas com o antecedente na OR ou posposto a ela.

20. Moravcsik 1969:64-66.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. J. — 1955 - *A grammar of Modern Yucatec* (Microfilm collection of manuscripts on Middle American cultural anthropology, N^o 41) - Chicago: Univ. of Chicago Library.
- BIRD, Ch. S. — 1968 - "Relative clauses in Bambara" - *JWAL* 5:35-47.
- CORUM, C.; SMITH-STARK, T.C.; WEISER, A. (eds.) — 1973 - *You take the high node and I'll take the low node*. Papers from the Comparative Syntax Festival. A paravolume to Papers from the Ninth Regional Meeting. Chicago: CLS.
- KATZ, J.J.; POSTAL, P.M. — 1964 - *An integrated theory of linguistic descriptions*. (Research Monograph N^o26). Cambridge (Mass.): MIT Press.
- KEENAN, E.L.; HULL, R.D. — 1973 - "The logical syntax of direct and indirect questions" - Corum/Smith-Stark/Weiser (eds.) 1973:348-371.
- KURODA, S.Y. — 1968 - "English relativization and certain related problems". *Lg.* 44 : 244-266.
- LANGACKER, R.W. — 1975 - "Relative clauses in Classical Nahuatl". *IJAL* 41:46-68.
- MORAVCSIK, E.A. — 1969 - "Determination". *WPLU* 1:64-98a.
- PALMER, F.R. — 1961 - "Relative clauses in Tigre" - *Word* 17:23-33
- ROOD, D.S. — 1973 - "Aspects of subordination in Lakota and Wichita". Corum/Smith-Stark/Weiser (eds.) 1973:71-88+2.
- SCHACHTER, P. — 1973 - "Focus and relativization" - *Lg.* 49:19-46.
- STOCKWELL, R.P.; SCHACHTER, P.; PARTEE, B.H. — 1973 - *The major syntactic structures of English*. New York u.a.: Holt, Rinehart & Winston.
- ULTAN, R. — 1969 - "Some general characteristics of interrogative systems" - *WPLU* 1:41-63a.